

Fotografia e classificação: abordagem em arquivos, bibliotecas e museus.

Photography and classification: approach in archives, libraries and museums.

Ana Cristina de Albuquerque¹

Telma Campanha de Carvalho Madio²

Resumo: O documento fotográfico, através de processos de tratamento tanto de seus elementos formais quanto temáticos, torna-se uma importante fonte de pesquisa, representando uma possibilidade de conhecer diferentes realidades socioculturais. O contexto onde se insere e a ordem que lhes é dada podem influenciar no entendimento e uso de seus atributos e foi essa tensão o que procuramos apreender no âmbito de sua classificação, atividade que permite ao documento passar posteriormente às fases que completam seu tratamento em uma unidade informacional. Desse modo, primeiramente realizamos um estudo conceitual do termo classificação e de como este pode ser compreendido na ciência e em arquivos, bibliotecas e museus delineando como os caminhos deste termo influenciaram e participaram do processo de consolidação de cada um destes campos. Para tanto, realizamos uma pesquisa primeiramente bibliográfica e posteriormente exploratória no Arquivo Público do Estado de São Paulo, SP, Biblioteca Mario de Andrade, SP e no Museu Paulista, SP, para verificar os processos de classificação nestas instituições. Baseados na observação feita em cada instituição e no levantamento de documentos e manuais utilizados por estas, construímos nossa discussão com base no preceito de que todas as normas vigentes em arquivos, bibliotecas e museus podem englobar objetos tão singulares como os documentos fotográficos.

Palavras-chave: Documento fotográfico. Classificação bibliográfica. Classificação Arquivística. Classificação Museológica.

Abstract: The photographic document, through the treatment processes of both the formal and the thematic elements are important sources of research and it represents a possibility to get to know different sociocultural realities. Their contexts and order may interfere in the understanding and the use of their attributes. These doubts reflect in the way the image researcher will recover a picture and the information it contains. This way, it is first done a conceptual study of the word classification and how it may be understood in science and files, libraries and museums outlining how this term influenced and took part of the consolidation process of each field. For that a bibliographic research was made and then data was collected in the Arquivo Público in the Estado in the São Paulo, SP, Mario de Andrade Library, SP and in Museu Paulista, SP, to check the classification processes in each institution. Based on the observations made by each institution and on the documents and manuals used by them, it was possible to start a discussion assuming that the rules for files, libraries and museums may have objects as unique as photographic documents.

Key words: Photographic document. Bibliographic classification. Archival classification. Museum classification.

¹ Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual de Londrina – UEL. Email: albuati@uel.br

² Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo – USP. Docente do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista – UNESP. Email: telmacarvalho@marilia.unesp.br

1.Introdução

Entender como uma sociedade se estrutura é tentar perceber como, ao longo do tempo, foram deixadas marcas de decisões que fizeram que esta seguisse caminhos que iriam ter influências determinantes, no ambiente local e geral. No cotidiano, práticas e modos de fazer são construídos constantemente, refletindo o pensamento e disposição de uma determinada época, comunidade ou cultura. A documentação produzida, de diferentes tipos, tem o papel não só de comprovar, lembrar, testemunhar fatos, mas também de, através de estruturas complexas, refletir universos específicos, condensados em características e contradições que irão apresentar uma identidade própria, escrita por seus detentores que, ao conferir à sua documentação, ou coleção, uma disposição particular, apresentará os modos e relações com o mundo e com pessoas da época.

Coletar, organizar, identificar, catalogar e classificar qualquer tipo de suporte são atividades que norteiam a montagem de um acervo e fazem de arquivos, bibliotecas e museus instituições onde ficam depositadas coleções ou fundos que fizeram parte da história de diferentes culturas pessoais ou institucionais.

O tratamento de acervos nasce juntamente com o desenvolvimento das ciências e com a necessidade de dar a uma determinada coleção, dentro de um ambiente próprio, o acesso às suas informações. A organização da informação não pode ser ao acaso: é o resultado de todas as transformações e influências sociais, econômicas e culturais que se dão no ambiente em que circula. A ordem, dada por seus produtores ou detentores, enquanto objetos de uso fora de um arquivo, biblioteca ou museu reflete o sentido de uma época, de uma cultura.

Neste contexto, esta pesquisa propôs uma reflexão sobre a classificação de documentos fotográficos em arquivos, bibliotecas e museus. Em qualquer aspecto que se encontrem, a partir do momento em que estão em uma instituição, estes documentos necessitam de métodos e tratamentos que façam refletir, da forma mais objetiva possível, as informações, por vezes claras e facilmente perceptíveis, por vezes, devido a sua contextualização e produção, de difícil acesso.

2. Considerações sobre a fotografia

O Renascimento foi importante para o aperfeiçoamento não só de técnicas que possibilitariam resultados posteriores aos estudos referentes ao aparecimento da fotografia, como influenciou a aproximação com o real. Sobre o assunto, Brandão

(2009), explica que os artistas deste período, buscaram o rompimento com o mundo medieval principalmente através da arte com experimentos que utilizavam a câmera escura como subsídio para produção de sua arte. De acordo com Brandão (2009, p.02):

Foi justamente seu desenvolvimento nos séculos XVI ao XIX – abertura do orifício, utilização de lentes, emprego do diafragma – que deixaria a primeira etapa da fotografia pronta: o domínio e o conhecimento da luz possibilitados pela física, abrindo caminhos para o posterior aprimoramento da etapa química do processo fotográfico. Se o homem do século XIX via na fotografia uma cópia fidedigna da natureza, no Renascimento buscava-se não só o retratar o *real*, mas criar esse próprio real, por meio de uma análoga absoluta.

Portanto, o anseio de reproduzir fielmente a natureza, que permeava os sonhos dos homens de engenho e arte daquela época, influenciou em vários sentidos a concepção de imagem fotográfica como, por exemplo, com o fundamento da perspectiva unilocular, que dirige a composição da imagem a um único ponto de fuga, o olhar de um que, de acordo com Brandão (2009, p.08) “permanecerá na sociedade ocidental durante séculos e também influirá na própria fotografia.”

A sociedade burguesa do século XIX, com o advento da industrialização, estava pronta cultural e economicamente para que os experimentos fotográficos tivessem as condições necessárias para o seu desenvolvimento. O aparecimento da máquina e as formas de representação do real através da perspectiva deram elementos para que a câmara fotográfica fosse aperfeiçoada.

Se referindo à máquina, de acordo com Rouillé (2009), a fotografia trouxe um novo “protocolo” em relação à produção de imagens. O autor, afirma que com a capacidade de produzir imagens em série, a fotografia marcou também a passagem do individual e único, ao múltiplo. Para o autor: “O dispositivo fotográfico é uma extraordinária máquina de produzir imagens-objetos mais próximos dos produtos industriais do que das realizações artesanais ou das obras artísticas.” (ROUILLÉ, 2009, p.38)

Nas reflexões que traça em “Filosofia da Caixa Preta”, Flusser (2002, p.21), também se refere ao aspecto maquínico da fotografia, mas como uma extensão do corpo explicando que a câmara fotográfica é um aparelho que, sendo prolongamento do olho humano, tem o poder de alcançar a natureza de forma mais profunda e por isso é mais poderosa e eficiente do que o próprio olho.

A primeira vez que uma imagem foi fixada em uma placa de metal foi em 1826, por Nicéphore Niepce, que reuniu os princípios ópticos conhecidos e conseguiu a partir

de processos químicos, dar início ao que seria a habilidade mecânica e não mais manual de o homem retratar o seu meio. “Qualquer invenção é condicionada, por um lado, por uma série de experiências e de conhecimentos anteriores e por outro, pelas necessidades da sociedade.” (FREUND, 1995, p.37).

A fixação da imagem em um suporte bidimensional na sociedade industrial tornava-se definitiva no sentido de um novo modo de conhecimento, olhar-se a si mesmo e ao mundo com os olhos da realidade, do progresso que transforma a natureza. Com o desenvolvimento do sistema capitalista, as cidades foram inundadas por pessoas de diferentes lugares buscando vender sua mão-de-obra e fazendo mover a máquina econômica e industrial, organizando-se de forma homogênea ao novo sistema urbano. Como em todas as transformações, as classes dominantes tinham como objetivo impor suas formas de olhar o mundo. Aí se inclui a fotografia e seu caráter de veracidade. Há muito tempo o homem vinha buscando um modo de gravar fielmente o que via.

Adaptando-se á sociedade moderna do século XIX, a fotografia reunia num só elemento o poder de o homem comum ver-se a si mesmo, e o poder de o fotógrafo intervir no meio em que atuava. Nesse âmbito, a fotografia expressa os anseios da época a partir da relação fotógrafo/fotografado.

Estúdios e ateliês fotográficos funcionavam com enorme força, mas o objeto tão desejado ainda era possuído por poucos por causa de seu preço, consequência das dificuldades encontradas para reproduzir uma imagem. A fotografia encontrou um grande popularizador na figura de Disderi, um comerciante que, adquiriu seu estúdio fotográfico como muitos outros em busca de fortuna na época e conseguiu sucesso por reduzir o formato das cópias criando o *carte de visite*. Substituiu a placa de metal pela de vidro, o que o permitiu fazer várias cópias e como consequência, os preços das fotografias ficaram mais baixos, dando aos menos abastados o poder de também se sentirem importantes e imortais através de um retrato (FREUND, 1995). Disderi propõe em seu trabalho um tratamento totalmente comercial às fotografias. Eram adaptadas ao gosto dos clientes, sendo usados muitos artifícios para que as atenções se voltassem para seu comércio.

A fotografia que até aquele momento era produzida com toques artísticos por fotógrafos como Le Gray e Nadar, é substituída pela fotografia comercial e estes artistas fotógrafos ou se adaptavam à nova realidade.

Os cartões de visita foram usados durante muitas décadas e, segundo Sougez (2002), além das fotografias particulares um enorme comércio de fotografias de pessoas famosas também foi montado usando a facilidade do cartão de visita. O ateliê de Disderi não durou muito tendo este ficado pobre, porém, seus *carte de visite* tiveram fundamental importância à comercialização e propagação de fotografias.

Se havia dúvidas quanto à importância da fotografia, elas foram elucidadas quando as inovadoras possibilidades de informação, expressão artística e formas de comercialização começaram, num rápido processo a dar vistas de que funcionam através desta.

Podia-se ver várias culturas, povos, modos de viver e vestir, arquitetura, através de um simples pedaço de papel, e esse poder de ter o mundo em suas mãos de forma miniaturizada, é dado vertiginosamente pelo cartão postal ilustrado que, num mundo onde tudo se modificava rapidamente deu a sensação ao homem de poder “coleccioná-lo” antes de desaparecer e de poder visualizar lugares antes apenas narrados oralmente ou através da escrita.

Embora se sabendo tratar de uma representação do real, a fotografia adquire verdadeira credibilidade quanto a suas imagens e, graças aos registros constantes e experiências fotográficas, grande parte do que conhecemos hoje de pequenos e breves momentos passados – cidades, povos, ou seja, tudo o que foi registrado a partir do aparecimento da fotografia – são, além de recordações, documentos históricos que nos mostram, aliados a outras formas de expressão, importantes momentos que devem ser conhecidos para se tornarem objetos que preservem a memória ou sirvam de estudos para esta ser construída.

A técnica fotográfica continuou se desenvolvendo rapidamente chegando as famosas máquinas portáteis que prometiam e realmente cumpriam o desejo de que, sem a ajuda de um fotógrafo profissional, as pessoas comuns pudessem apenas “apertar o botão” para “eles” fazerem o resto. Era a popularização do registro fotográfico em esfera pública e privada, tornando-se documentos, lembranças e objetos ideológicos de forma massificada.

A partir desse momento a fotografia já não era sonho para alguns e sim poder de todos e é isso o que vemos hoje. Uma forma de comunicação visual que se estende por todos os lugares e nos faz ver a todo momento imagens comuns, elaboradas, cruéis, feitas por profissionais e amadores, com intenções definidas ou por acaso.

Diante disso, sua função documental era exercida deliberadamente pela sociedade oitocentista e o valor documental que a fotografia demonstrava em seus registros foi sendo construído lentamente, através de processos sociais como explica Tagg (1998). Levada a status de documento por uma série de questões que envolvem a consolidação de um modo de vida, a institucionalização de serviços e a abertura de novas instituições e os esforços de países em passar imagens que pudessem ser assimiladas por seus cidadãos. Estes fatores dão á fotografia o valor de prova, ao que Tagg (1998, p.11) explica que:

La idea misma sobre qué es lo que constituye una prueba tiene una historia [...]. Es una historia que implica técnicas y procedimientos definidos, instituciones concretas y relaciones sociales específicas – es decir, relaciones de poder -. Es a partir de este contexto más amplio que debemos analizar la historia de la evidencia fotográfica. El problema es histórico, no existencial. (TAGG, 1998, p.11).

Deste ponto em diante, o seu desenvolvimento foi marcado por mudanças que só aumentaram sua utilização e importância. No âmbito de nossa pesquisa, tratamos a fotografia como um documento repleto de peculiaridades que acompanhou as mudanças sociais e consolidou inúmeros usos dentro desta. As coleções de fotografias acumuladas durante a vida de uma pessoa ou de uma instituição se transformaram posteriormente em documentos acumulados em instituições que também estavam sofrendo modificações e influências sociais. Os valores de prova e de realidade, vistas a partir das argumentações de Tagg (1998) se dão no sentido de que estão ligados diretamente às novas instituições que surgem no bojo daquela sociedade, assim como práticas de observação necessárias para manter um estado sob controle.

Graças aos registros constantes e experiências fotográficas, grande parte do que conhecemos hoje de pequenos e breves momentos passados – cidades, povos, ou seja, tudo o que foi registrado a partir do aparecimento da fotografia – são, além de recordações, documentos históricos que nos mostram, aliados a outras formas de expressão, importantes momentos que devem ser conhecidos para a construção de uma determinada memória.

3.O conceito de classificação em arquivos, bibliotecas e museus

Como conceito, o termo classificação se caracteriza pelo processo de agrupar e dividir o conhecimento por suas semelhanças, dispor as informações de modo que suas relações de analogia se sobressaiam, para que as ciências, o saber ou documentos possam ser apreendidos de forma precisa. A classificação é um fenômeno social e nela

cada fato impulsiona a criação de novas formas de classificação entre os seres e os saberes. Dessa forma, as ações apresentadas no domínio das relações sociais são atos classificatórios.

O conceito de classificação é definido por muitos autores como um processo que possibilita dispor conjuntos de elementos de forma que possam estar ordenados para fins pragmáticos, como organização, disponibilização, posterior recuperação e também para entender e conhecer melhor um determinado objeto ou pessoa. “Classificar, na acepção mais simples do termo, é reunir coisas ou idéias que sejam semelhantes entre si, e separar as que apresentam diferenças” (VICKERY, 1980, p. 23).

O conceito de classificação entendido pelos campos da arquivologia, biblioteconomia e museologia vêm ao encontro das concepções filosóficas quando pretendem, cada um ligado a sua especificidade, dar bases teóricas a uma atividade que poderia ser considerada apenas de caráter prático.

O conceito de classificação arquivística tem em seu cerne e concepção os princípios da proveniência e de respeito à ordem original. O princípio da proveniência ou respeito aos fundos se refere aos interesses externos, ou seja, demanda que os profissionais se atentem ao organismo produtor, englobando suas funções, fato que determinará o porquê da criação daquele documento, seu conteúdo e seu posterior uso como documento histórico. Já o princípio de ordem original incide no fato de resguardar os documentos com sua ordem original nos fundos e evitar que esses sejam tratados à luz de classificações por temas ou matérias, o que dificulta e mesmo acaba com as verdadeiras origens dos documentos.

Dessa forma, com os relacionamentos entre documentos e seu produtor e os documentos entre si, os arquivos têm assegurado seu caráter orgânico que, através desses princípios, demonstram a importância das relações de natureza administrativa que vão se desdobrar em algumas características que fazem com que o documento se mostre como arquivístico.

Classificar é realizar uma série de atividades que dividem ou juntam elementos diferentes e semelhantes, com o intuito de conhecer, entender e dispor esses elementos de forma que possam ser encontrados, mas também compreendidos dentro de determinado período ou esquema. Abordando a teoria da classificação, Sousa (2006, p. 251) a define como:

[...] distribuir indivíduos em grupos distintos, de acordo com caracteres comuns e caracteres diferenciadores. Pode-se fazer essa distribuição observando-se características superficiais e mutáveis ou então tendo-se em vista caracteres essenciais e permanentes. No primeiro caso, a classificação é elaborada a partir de um princípio de divisão ou classificação artificial. No segundo caso, o princípio será natural.

O autor ressalta que, nos casos em que a classificação é feita de forma artificial, acontece a divisão pelas características de objetos, classificação esta que pode ser mudada e utilizada de diferentes maneiras, pois não incide na essência dos objetos e sim em sua divisão e organização. Nos casos em que a classificação é feita de forma natural, esta traduz toda a ordem que é seguida no meio em que esses objetos estão. Portanto, de forma empírica, observa-se como esses elementos e objetos estão inseridos em seu meio, como se dão suas semelhanças e diferenças, e parte-se para a divisão, permanecendo juntos os semelhantes (SOUSA, 2006).

A perspectiva da Arquivística Integrada, que defende a idéia de realizar concomitantemente as atividades de classificação, avaliação e descrição, parte de algumas fases para contemplar o resultado. Para Lopes (1996, p.89) a classificação arquivística é entendida como:

a ordenação intelectual e física de acervos baseada numa proposta de hierarquização das informações referentes aos mesmos. Esta hierarquia se consubstancia em planos ou quadros de classificação e em normas gerais de procedimento derivadas do conhecimento da fonte produtora, das informações acumuladas e dos aspectos materiais e intelectuais do acervo.

Assim, entende-se a classificação como uma atividade ímpar, que será a ponte entre o produtor e o usuário, a atividade que preservará a ligação entre a cadeia hierárquica da instituição para maior facilidade de recuperação das informações, e demonstrará como aqueles documentos se constituíam dentro de cada órgão produtor. Ela não se resume a atribuir números, códigos e subdivisões a atividades e documentos, e sim é um processo de organização intelectual em que as características, as informações e o contexto de cada documento tratado refletem, com maior ou menor grau de complexidade, as funções e atividades desenvolvidas por uma instituição, a vida de uma pessoa ou os fatos de uma cidade ou país. A principal função de um documento de arquivo é a informação a respeito de determinado fato.

As classificações bibliográficas, como as conhecemos atualmente, são fruto do final do século XIX, quando foram elaboradas tabelas sistemáticas que pretendiam dividir o conhecimento de forma a ser funcional para encontrar informações e documentos.

Com a finalidade de estabelecer as relações devidas entre os documentos, mantendo as características intelectuais de sistemas de pensamento que foram desenvolvidos até o momento, os sistemas de classificação se tornaram instrumentos imprescindíveis para as funções dentro de uma unidade informacional. Desta forma, a classificação bibliográfica pode ser definida como:

[...] la agrupación u orden de libros y outro tipo de documentos según su contenido, formando grupos dentro de los campos de conocimiento humanos en que estos campos resultan ser compartimentos conceptuales. (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996, p.69).

O ordenamento de documentos de acordo com o assunto de que tratam e sua separação ou junção que leva em consideração as semelhanças e diferenças é a base das classificações bibliográficas, pois, “Na verdade, quando nos referimos á classificação bibliográfica, subentendemos uma classificação que tem por base os assuntos tratados nos documentos.” (PIEIDADE, 1983, p.65). Mesmo sendo bibliográficas, Piedade (1983), explica que uma classificação pode ter base filosófica ou não, e as que não tem são denominadas *classificações utilitárias*.

Em relação ao conceito de classificação bibliográfica, San Segundo Manuel (1996, p. 70) escreve que estas:

[...] se basan prioritariamente en las clasificaciones del conocimiento, pero añaden a éstas distintas características que las conforman como tales. En las clasificaciones documentales las consideraciones de orden práctico priman sobre los fundamentos filosóficos, aunque éstos sean la base de su estructura, además estas clasificaciones son aplicadas indistintamente a bibliografías y bibliotecas. Así la practicidade de las clasificaciones documentales conlleva características o critérios que determinan la adecuación y utilidad del sistema.

A autora explica que as classificações bibliográficas têm o objetivo de ordenar os grupos temáticos de uma determinada unidade documental e elaborar catálogos e bibliografias sistemáticas que sejam úteis à recuperação das informações, sendo que toda a documentação seria regida por uma ordem que se interrelaciona (SAN SEGUNDO MANUEL, 1996). Nesta direção, Tálamo et al (1995), escrevem que o acesso à informação sempre é realizado através de intermediações, ou seja, sempre terá um meio para ser transmitida, sendo assim, as intermediações, em uma biblioteca, se materializam nas figuras dos catálogos e bibliografias onde as informações podem se relacionar de forma a dar acesso a documentos que estariam eventualmente dispersos. Tálamo et al (1995, p.53), explicam que:

Para entender essa organização é preciso considerar, inicialmente, os sistemas que lhe servem de base. Pode-se afirmar, sem erro, que tais sistemas

são de natureza classificatória, isto é, partem do princípio de que as informações podem ser organizadas em um número infinito de classes.

Em museus a principal atividade que alimenta e conduz sua existência são as coleções. O colecionismo tem um papel fundamental na formação e na condução de um museu, aliás, para manter estas coleções preservadas e organizadas com o objetivo de mostrar ao público, é necessário um lugar onde, além do espaço físico, seja possível o tratamento destes objetos. Meneses (1994) explica que estamos num universo onde a cultura material é indispensável para nossa sobrevivência, seja ela biológica, social ou psíquica e que esta participa da “[...] produção e reprodução social [...]” (MENESES, 1994, p.12), sendo que pode-se não perceber totalmente os mecanismos que esta produção e reprodução se dão, contudo estas estão refletidas nas apropriações sociais que se fazem da natureza física das coisas. O autor escreve que:

No museu, nos defrontamos com objetos enquanto objetos, em suas múltiplas significações e funções – ao contrário, por exemplo, do que ocorre num supermercado. Objetos de nosso cotidiano (mas fora desse contexto e, portanto, capazes de atrair a observação) ou estranhos à vida corrente (capazes, por isso, de incorporar à minha as experiências alheias). Doutra parte, é a função documental do museu (por via de um acervo, completado por bancos de dados) que garante não só a democratização da experiência e do conhecimento humanos e da fruição diferencial de bens, como, ainda, a possibilidade de fazer com que a mudança – atributo capital de toda realidade humana – deixe de ser um salto do escuro para o vazio e passe a ser inteligível. (MENESES, 1994, p.12).

Para Meneses (1994), existem os “documentos de nascença”, ou seja, em algumas sociedades primitivas ou complexas é possível que certos objetos sejam criados com a função de documentar, já que o homem é um ser documentado, mas qualquer objeto pode ter sua função atribuída a documento, pois são de natureza retórica e isto dá ao historiador a possibilidade de falar sobre o objeto e “a explicitação de seus critérios e procedimento é fundamental para definir o alcance de sua fala. (MENESES, 1994, p.21). Neste âmbito, Barbuy (2008), reitera este entendimento quando escreve que não há dúvidas que um artefato seja um portador de informações diversas sobre a história, o passado um lugar. Os objetos levam a recordar ou conhecer menos um fragmento, se contextualizado, da realidade que passou. Desta forma se configuram como integrantes de um sistema de cultura específico, mesmo quando observados individualmente, e materializam a cultura (BARBUY, 2008).

Os objetos de museus são retirados de seu habitat natural onde têm um significado e estão inseridos em um contexto e são transferidos para um lugar artificial, criado para abrigá-los com o desafio de preservar sua história. Essa passagem do natural para o artificial faz com que o objeto seja considerado, em um museu, um

documento, uma fonte para pesquisadores e para exposições. Portanto, na museologia, Otlet (LARA FILHO, 2006) identifica muitas semelhanças entre uma biblioteca e um museu, que se caracterizam por seus acervos e práticas e defende uma classificação das peças seguindo critérios diversos como cronológicos, geográficos ou outros, que vão depender das características e propósitos que tem o museu. A classificação museológica tem o objetivo de estabelecer categorias em relação às coleções e inserir os objetos cada um em sua categoria correspondente. A classificação vai determinar a identificação de forma correta dos objetos assim como possibilitar uma análise dos níveis de informação que este possui. O termo classificação é definido pelos Cadernos de Diretrizes Museológicas (2006, p.148) como:

seqüência de operações realizadas em um museu que visam a distribuir os objetos/documentos em diferentes categorias agrupando-os de acordo com suas analogias e características comuns. O sistema de classificação varia de acordo com a estrutura, funções, atividades e objetivos das instituições produtoras. Exemplo: no Museu Mineiro, o conjunto de objetos classificados na categoria comunicação, embora apresentem diferenças entre si, quanto à morfologia, material, técnica, dimensão e uso, compartilham da característica de prestarem-se como suporte material às atividades de comunicação, ou seja, de transmissão de informações ao homem, seja na forma escrita, sonora, visual, etc.

Portanto, em um museu a classificação é feita a partir das características dos objetos de acordo com o contexto e função a que se presta a instituição, ou seja, seguem o tipo de museu e provavelmente suas linhas de atuação.

Respeitando as tradições e fazeres de cada campo, o conceito de classificação se mostra por vezes diverso, quando pensado apenas pela ótica da diversidade de acervo e guarda de documentos em cada instituição, mas também se mostra próximo quando visto sob a ótica da organização das informações em cada um destes campos.

4.A classificação de fotografias e as instituições

Para um melhor entendimento de como o documento fotográfico é classificado e suas informações tratadas em arquivos, bibliotecas e museus, foram realizadas visitas técnicas com o objetivo de observação *in loco* que forneceram subsídios para compor considerações em relação ao tema. As visitas permitiram um maior contato com os profissionais que realizam os trabalhos acerca dos documentos fotográficos das instituições, a observação de seus fazeres e a explicação por meio de quem realmente está no dia a dia do serviço de documentação.

No Arquivo Público do Estado de São Paulo, SP, os documentos fotográficos estão no Centro de Acervo Iconográfico e Cartográfico que tem descritas as seguintes atribuições, de acordo com o site oficial do Arquivo Público:

I – assegurar a preservação e o acesso aos documentos iconográficos, cartográficos e audiovisuais de guarda permanente;

II – gerir:

os documentos iconográficos, cartográficos e audiovisuais de guarda permanente;

- a) a movimentação dos documentos sob sua guarda;
- b) em ambiente específico, o atendimento ao público.

O Centro é dividido no Núcleo de Acervo Cartográfico onde são tratados mapas e plantas e o Núcleo de Acervo Iconográfico, que tem a função de identificar, organizar, classificar, catalogar e descrever os documentos iconográficos, assim como implantar e gerenciar um programa de conversão digital do acervo.

De acordo com Santos (1999), há cerca de 1 milhão de imagens reunidas no Núcleo que são organizadas de acordo com o fundo a que pertencem podendo ser da administração ou dos Arquivos Privados. Para que a consulta possa ser realizada, o Arquivo Público elaborou guias onde é possível ter acesso à documentação que se encontra disponível no site oficial do arquivo. A autora enumera algumas coleções fotográficas de importante valor histórico como a *Coleção Guilherme Gaensly*, que retratam marcos arquivísticos da cidade de São Paulo; o *Álbum de Fotografia da Escola Normal e Anexas de São Paulo de 1908*, que contém imagens da escola que tinha o objetivo de formar professores; *Álbum de Retratos*, formada por retratos pessoais de origem desconhecida do final do século XIX; *Coleção de Cartões Postais*, que retratam diferentes cidades brasileiras e européias (SANTOS, 1999).

A grande maioria dos documentos fotográficos que se encontram no Arquivo Público é do Jornal Última Hora que foi fundado pelo jornalista Samuel Wainer em 1951 e circulou até 1971. O Fundo Última Hora ficava armazenado no arquivo do próprio jornal e foi adquirido por compra pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo por conta de seu valor histórico em 1989. Desde então, vem sendo realizado, através do trabalho da equipe e de projetos, o tratamento do fundo que está disponível no site oficial do Arquivo dividido em três segmentos: ilustrações, fotografias e jornais.

As atividades de tratamento das fotografias do fundo Última Hora tiveram início no ano de 2006. O projeto, de acordo com informações do site oficial e da observação realizada na instituição, tem o objetivo de organizar, conservar, realizar o tratamento

das imagens, produzir instrumentos de pesquisa e disponibilizar os documentos digitalizados na internet. Até o momento, de acordo com informações na visita técnica à instituição, há 90.000 imagens disponíveis no site.

Primeiramente as fotografias tiveram o tratamento arquivístico referente a todo o Fundo. A organização do Fundo e conseqüentemente das fotografias respeitaram a organização original, ou seja, foi respeitado o princípio da proveniência. As fotografias do Última Hora são resultados das “missões fotográficas”, trabalho que era desenvolvido por fotógrafos quando estes iam a campo para fazer a cobertura de notícias. As fotografias então produzidas por estes fotógrafos originam uma série. Desta forma, o título de cada missão – que geralmente se refere ao assunto da reportagem - descrito nos envelopes recebidos pelo Arquivo Público foi mantido e transcrito para o site.

Assim, podemos inferir que o tratamento dado às fotografias do Fundo Última Hora no Arquivo Público foi feito a partir do momento de sua entrada e que foi respeitado o princípio da proveniência e feito um arranjo conforme o fundo. O arranjo é uma atividade consagrada na literatura brasileira que se refere a organização da documentação de caráter permanente. Do ponto de vista de Gonçalves (1998, p.12) sobre a questão da denominação das atividades de classificação ou arranjo, a autora explica que em qualquer um dos casos o objetivo final é “[...] definir as grandes classes abstratas que correspondam, de forma coerente e articulada, às funções e atividades do organismo em questão [...]”, e questiona se é necessário que denominações diferentes possam ser dadas a este tipo de tratamento, mesmo que seja feito conforme cada caso em particular. Entendemos a denominação de arranjo nos arquivos permanentes e respeitamos a literatura corrente, no entanto, fica claro na situação que é dado um lugar de acordo com a organização original aos documentos, determinados grupos, subgrupos e séries em caráter hierárquico, o que nos remete à classificação destes documentos.

Não se pode deixar de considerar a perspectiva da gestão da informação em arquivos e da arquivística integrada. De acordo com Lopes (1996, p. 85), é necessário que a gestão da informação seja prática essencial nas instituições e que a gestão arquivística tenha “por base o conhecimento teórico e prático sobre a informação e sobre os parâmetros referentes à organização de acervos [...]”, desta forma, o autor explica que a gestão de documentos é o que pode acarretar a gestão de informações e para que isto ocorra é preciso delimitar e consolidar conceitos que fazem parte do

tratamento destes documentos que dever ser realizado com o aprofundamento teórico e prático das atividades que Lopes (1996, p.86), chama de “coração arquivístico”: a classificação, a avaliação e a descrição.

Quanto ao tratamento específico da imagem, nas formas de sua recuperação e descrição arquivística, até o momento, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, estão em desenvolvimento, inclusive está sendo elaborado um vocabulário controlado que proporcionará uma melhor recuperação destas imagens e que, de acordo com Heredia Herrera (1993), é instrumento fundamental para a melhor recuperação de documentos desta natureza.

Na Biblioteca Pública Municipal Mário de Andrade, SP através da visita técnica e da bibliografia consultada, foi possível identificar as duas formas em que este documento se encontra na instituição.

O trabalho de organização e tratamento das fotografias produzidas pela Biblioteca, ou seja, documentos que contam a história da instituição e de seus fazeres, é bem recente e elaborado por bibliotecários. As fotografias são produzidas, na maior parte dos casos, pela Supervisão de Ação Cultural. Estas fotografias vão para o banco de dados que está sendo construído para abrigá-las e tem circulação interna. Os interesses internos versam sobre os eventos realizados na Biblioteca, a ação cultural, a disponibilização de informações de palestras, cursos na mídia social.

Também são disponibilizadas a pesquisadores com incidência maior de jornalistas que têm o objetivo de preparar matérias específicas sobre a biblioteca ou arquitetos que verificam as transformações do prédio e dos espaços da Biblioteca.

O trabalho feito pelos bibliotecários da instituição inclui, além do desenvolvimento de um banco de dados para abrigar estes documentos, a elaboração de um vocabulário controlado que, a partir das necessidades dos usuários tanto externos como dos próprios profissionais, irá facilitar a recuperação das informações destes documentos. A importância desta documentação está na preservação e acesso das fotografias utilizadas como resultado das ações realizadas, assim fazem o papel do documento produzido pela instituição que servirá para preservação da memória, divulgação e pesquisas acerca da própria instituição. Portanto, os documentos fotográficos com estas características na Biblioteca Mário de Andrade, vão ser tratados de acordo com sua função e departamento que a produziu.

A outra questão dos documentos fotográficos na instituição é seu armazenamento na Seção de Obras Raras. As fotografias são mantidas pelo seu valor histórico e importância para a sociedade de modo geral, saindo um pouco do caráter regional.

O conjunto de álbuns inclui não só documentação relativa à cidade de São Paulo, mas diversos exemplares sobre o Brasil no século XIX, como os editados por Marc Ferrez (1843-1923), a exemplo do soberbo ensaio sobre a Estrada de Ferro do Paraná ou o dedicado ao sistema de abastecimento de água da cidade do Rio de Janeiro. Menção deve ser feita ao álbum intitulado *Província de S. Paulo*, datado de aproximadamente 1870, organizado pelo Barão Homem de Mello, importante colecionador do século XIX. (BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE, Site Oficial)

A equipe da Seção de Obras Raras (s.d.), explica que o pesquisador tem a oportunidade de conhecer álbuns fotográficos editados por Militão Augusto de Azevedo (1887) ou uma série organizada por Washington Luís, durante sua administração municipal entre 1914 e 1919. Os livros ilustrados são outro destaque da coleção que demonstram desenhos feitos a partir de originais fotográficos, como é o caso da edição *Brasil Pitoresco*, de 1859, que tem estampas litográficas feitas a partir de imagens registradas por Victor Frond.

Para a disponibilização de parte deste acervo via internet, foi feito um trabalho conjunto da Biblioteca Mário de Andrade com o Instituto Embratel. Em *Tesouros da Cidade*, é possível consultar vinte álbuns fotográficos dos séculos XIX e XX, além de livros e estampas raras. O projeto permitiu que fossem digitalizados os álbuns de forma a ter uma visão completa.

No ano 2000 a equipe da seção de Obras Raras definiu junto a empresa que realizou todo o processo de digitalização os campos que seriam utilizados para busca assim como alguns descritores. A equipe se baseou em publicações como as “Normas mínimas recomendadas para catalogação e classificação”, da FUNARTE publicado em 1982, Manual para catalogação de documentos fotográficos, Cassia Maria Mello Silva, também uma publicação da FUNARTE de 1996, no Manual para indexação de documentos fotográficos, da Biblioteca Nacional, entre outras.

Quanto a classificação pode-se inferir que no caso destes documentos, foi designado à Seção que o abriga, considerados seu valor histórico, mas se limita apenas às informações que o documento possui, que por vezes não são suficientes para uma pesquisa. Os descritores e a parte de indexação dos documentos não foram contemplados.

No Museu Paulista, SP são definidas como Documentação Iconográfica as imagens bidimensionais que a instituição possui como pinturas, desenhos, gravuras, impressos, fotografias, negativos, mapas (BARBUY et al, 2001). Na década de 1990 houve uma reestruturação do acervo do Museu fazendo com que o acervo e a documentação fossem reorganizados no sentido de dar o caráter histórico universitário e delimitando de forma efetiva suas linhas de pesquisa e de sua área de atuação, a cultura material (BARBUY et al, 2001). Desta forma, a curadoria passou a se basear na integração de todos os processos que envolvem tanto o acervo quanto a pesquisa proporcionando a produção de conhecimentos científicos assim como a disseminação das informações produzidas e de seu acervo (BARBUY et al, 2001). Começou-se assim, um tratamento geral quanto aos documentos nas questões da própria organização física e da necessidade dos processos de catalogação para estes documentos.

Em artigo sobre a curadoria em museus tratando da documentação iconográfica Lima e Carvalho (2005, p.53) relatam como se desenvolveu no Museu os estudos em relação à “linha curatorial” que seria seguida. As autoras explicam que:

No que diz respeito aos acervos fotográficos, houve mudanças nos procedimentos de aquisição de coleções, que se direcionaram para conjuntos significativos tanto na sua quantidade como na qualidade de informações preservadas.

O fator “importância” que se dá à fotografia a partir da década de 1990 é tratado por Carvalho e Lima (2000), que contextualizam a época explicando que a produção acadêmica e as preocupações com a preservação destes documentos vêm permeadas pelo conhecimento de instituições no país que têm importantes coleções em seus acervos. As preocupações de profissionais da informação que lidam diretamente com as fotografias vieram expressas, de acordo com as autoras, na quantidade de material que era produzido, na demanda social em relação àqueles documentos e pela informatização que deu cara nova à organização e disponibilização das informações. “É esta perspectiva que se assiste, [...], ao desenvolvimento e proposição de projetos de catálogos eletrônicos que vêm facilitando a busca e a recuperação da informação visual.” (CARVALHO;LIMA, 2000, p.27).

Neste sentido, a implantação de um sistema documental se fez extremamente necessário e os pesquisadores do Museu Paulista idealizaram um sistema que pudesse conter todos os tipos de dados da instituição. Nas palavras dos autores, as opções feitas geraram um “sistema complexo” (BARBUY et al, 2002, p.16), onde se pudesse saber a

história, contextualização e ligação dos documentos com todos os outros excluindo a escolha de um sistema que apenas servisse para localizar e disponibilizar informações.

A entrada da documentação fotográfica é feita por doação ou compra e em todos os casos, os docentes pesquisadores selecionam os materiais de acordo com as linhas de pesquisa do Museu. A instituição também conta com a documentação produzida a partir da gestão de Taunay que Makino et al (2002/2003), relatam que, por conta da reorganização dos acervos, os profissionais tiveram a possibilidade de contabilizar estes documentos e perceber a riqueza do acervo que estava armazenado no Museu. Com o intuito de continuar a coletar fotografias que fizessem parte de coleções significativas para a pesquisa, houve o enriquecimento ao longo do tempo com álbuns de família, retratos, paisagens que têm relação com a história do Estado de São Paulo.

Para que os dados dos documentos pudessem ser dispostos no sistema de documentação, Makino et al (2002/2003) explicam que um vocabulário controlado e tesouro foi criado, baseado na literatura vigente e em outros instrumentos com igual objetivos não só brasileiros como internacionais, para facilitar o trabalho de inclusão de dados (BARBUY et al, 2001). Pela observação realizada *in loco* foi possível perceber que estes instrumentos possibilitaram melhor entendimento do que deveria ser disponibilizado no sistema pelos próprios profissionais envolvidos com a alimentação do sistema.

Pela documentação consultada e a pesquisa de observação *in loco* realizada, obteve-se a informação de que os documentos iconográficos no museu sofrem um tratamento unitário e o número de localização no acervo é seqüencial.

A escolha das instituições se deu principalmente por oferecem um rico acervo iconográfico, tratados por profissionais experientes e integrados com o processo de modernização dos acervos e suas mudanças.

5.Considerações

O que podemos averiguar com a investigação realizada é que as problemáticas sociais repercutem no modo como estas instituições vão tratar e organizar seus documentos. A sociedade muda, os usuários mudam, os acervos mudam, as práticas de classificar esta documentação têm de acompanhar estes desafios. Para contemplar as nuances que os documentos fotográficos trazem, a classificação nestes campos se torna uma atividade complexa, realizada com parâmetros específicos a cada um, mas com

olhares interdisciplinares, que tentam considerar aspectos essenciais para que os documentos sejam recuperados e utilizados de forma ideal.

Qualquer sistema de classificação fechado, que tenha a pretensão de ser uniforme, irá se tornar obsoleto por conta da dinamicidade das relações que influenciam a maneira destes campos tratarem seus documentos. A arquivologia, biblioteconomia e museologia são compostos pela dinamicidade das relações sociais. As práticas que refletirão como as informações que serão oferecidas são necessidades das próprias sociedades, moldando um desenvolvimento cíclico entre sociedade, desenvolvimento teórico e práticas consolidadas nas instituições.

Por outro lado, a utilização de sistemas de classificação para a organização de informações revela uma necessidade, por mais que estes sejam apenas um recorte da realidade. Sua utilização deve ser a favor dos objetivos determinados.

Cabe ressaltar que esses fazeres tradicionais materializados, em nosso caso os sistemas de classificação, obedecem a reflexões e teorias de entendimento do que seja um documento para essas instituições. Cada sociedade classifica segundo seus conhecimentos. Cada uma propõe e desenvolve formas de organizar seu meio de acordo com suas necessidades e expectativas. Assim, como cada sociedade classifica de uma forma, cada instituição tem suas especificidades que por vezes se aproximam e outras se distanciam, mas tentam delimitar um campo apenas seu. Porém, o documento fotográfico está presente nas três instituições.

A fotografia é um meio tecnológico de criação e reprodução de imagens em série. Pelo fato de ser determinada por essas condições materiais de produção, ela desenvolve conseqüentemente, sua própria linguagem expressiva isto é, forma e conteúdo se imbricam de maneira inseparável. Por esses motivos, a fotografia, por um lado, apresenta condições únicas que determinarão seu tratamento em unidades de informação. De maneira que, seja em um arquivo, em uma biblioteca ou em um museu ela sempre apresentará os mesmos traços constitutivos sendo diferentes as funções que serão dadas às suas informações nesses acervos (ALBUQUERQUE, 2006). Dependendo dessa função, sua classificação tem um papel essencial tanto para o profissional quanto para o usuário pesquisador.

A arquivologia, biblioteconomia e museologia são atividades profissionais que, apesar de serem parte da mesma base, a Ciência da Informação, são distintas em funções e em objetivos. A referência das atividades reunidas lado a lado, servindo para

os profissionais de cada área conhecer mais um pouco sobre elas é uma das contribuições deste trabalho que pretende favorecer uma reflexão sobre os sistemas de classificação para servir de subsídio a novas discussões sobre o tratamento dos documentos fotográficos.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. **Catálogo e descrição de documentos fotográficos: uma aproximação comparativa das normas AACR2 e ISAD (G)**. 2006. 197f. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, 2006.
- ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Site oficial**. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- _____. **Guia do acervo**. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/guia.php>>. Acesso em: 20 mar. 2012.
- BIBLIOTECA MÁRIO DE ANDRADE. Site oficial. Disponível em <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/bma/>>. Acesso em: 21 de mar. 2012.
- BARBUY, Heloísa. Documentação museológica e a pesquisa em museus. In: GRANATO, Marcus, et al. **Documentação em Museus/Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST**. Rio de Janeiro: MAST, 2008. (MAST Colloquia;10)
- BARBUY, Heloisa. O sistema documental do Museu Paulista: a construção de um banco de dados e imagens num museu universitário em transformação. /Le système documentaire du Musée Paulista : la construction d'une banque de données et d'images dans un musée universitaire en transformation. In: OLIVEIRA, Cecília H. S.; BARBUY, Heloisa (Org.). **Imagem e produção de conhecimento**. São Paulo: Museu Paulista, 2002. p.13-29. Seminário realizado no Museu Paulista da USP, São Paulo, 1-2 out. 2001, como parte integrante dos 18èmes Rencontres internationales Image & Science do CNRS-Paris.
- BRANDÃO, Antônio Jackson de Souza. Aspectos da linguagem fotográfica: do Renascimento à era digital. **Revista Travessias**, Paraná, v.3, n.1, 2009.
- BRASIL. ARQUIVIO NACIONAL. **DICIONÁRIO** brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: AN, 2005.
- CADERNO de diretrizes museográficas. Brasília: Ministério da Cultura/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/Departamento de Museus e Centros Culturais, Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura/Superintendência de Museus, 2006.
- CARVALHO, Vânia Carneiro de; LIMA, Solange Ferraz de. Fotografias como objetos de coleção e de conhecimento. **Anais do Museu Histórico Nacional**, v.32, 2000.
- FLUSSER, Vilém. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. 82p.
- FREUND, Gisele. **Fotografia e sociedade**. Trad. Pedro Miguel Frade. 2.ed. Lisboa: Vega, 1995. 214p. (Comunicação e Linguagens; 3).
- GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998. (Projeto Como Fazer;v.2)
- HEREDIA HERRERA, Antonia. La fotografía e los archivos. In: FORO IBEROAMERICANO DE LA RÁBIDA. Jornadas Archivísticas, 2, 1993, Palos de la Frontera. La fotografia como fuente de información. Huelva: Diputación Provincial, 1993.
- LARA FILHO, Durval de. **Museu**: de espelho do mundo a espaço relacional. 2006. 139f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- LIMA, Solange Ferraz de; CARVALHO, Vânia Carneiro de. Cultura visual e curadoria em museus de história. **Estudos Ibero-Americanos**, PUCRS, v. XXXI, n.2, p.53-77, dez. 2005.
- LOPES, Luis Carlos. **A informação e os arquivos**: teorias e práticas. Niterói: EDUFF; São Carlos: EDUFSCAR, 1996.
- MAKINO, Miyoko et al. O serviço de documentação textual e iconografia do Museu Paulista. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v.10/11, p.259-304, 2002/2003.

- MENEZES, Ulpiano T. Bezerra de. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**. V.2, São Paulo, jan./dez., 1994. p.09-42.
- PIEIDADE, M. A. Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2.ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1983. 221p.
- ROUILLÉ, André. **A fotografia: entre documento e arte contemporânea**. São Paulo: Senac, 2009.
- SAN SEGUNDO MANUEL, Rosa. **Sistemas de organización del conocimiento: la organización del conocimiento en las bibliotecas españolas**. Madrid: Imprenta Nacional del Boletín Oficial del Estado, 1996.
- SANTOS, Rosimeire dos. Os arquivos iconográficos do Arquivo do Estado de São Paulo. In: SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. **Classificação de documentos arquivísticos: trajetória de um conceito**. **Arquivística.Net**, Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.120-142, ago.dez 2006.
- SOUGEZ, Marie-Loup. **História da fotografia**. Lisboa: Ediciones Cátedra, 2001. 314p.
- SOUZA, Daniel Maurício Viana de. **Museus de Ciência e Divulgação Científica: a informação sob o crivo da ideologia**. 107 f. Dissertação (Mestrado). IBICT – Ciência da Informação, Rio de Janeiro, 2007.
- TAGG, John. **El peso de la representación: ensayos sobre fotografías e historias**. Barcelona: Gustavo Gili, 1998.
- TÁLAMO, Maria de Fátima Gonçalves M. et al. Vamos perseguir a informação. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v.4, p.52-57, set./dez. 1995.
- VICKERY, Brian C. **Classificação e indexação nas ciências**. Rio de Janeiro: BNG-Brasilart, 1980. (Coleção Biblioteconomia, documentação, ciência da informação).